

REGIMENTO INTERNO COAUD

CASA DA MOEDA DO BRASIL

2018

Sumário

Objeto2

Conceituação2

Composição.....2

Requisitos e Vedações2

Mandato e Destituição4

Vacância e Substituição Eventual4

Remuneração.....4

Competências5

Atribuições do Presidente.....7

Processo e Produção de Relatórios.....7

Assessoramento.....8

Jornada de Trabalho e Reuniões.....8

Orçamento9

Disposições Finais10

Objeto

Art. 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD da Casa da Moeda do Brasil - CMB, órgão estatutário de caráter permanente, observadas as disposições do Estatuto Social, da legislação vigente e as decisões do Conselho de Administração – CONSAD.

Conceituação

Art. 2º - O Comitê de Auditoria Estatutário é o órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar o referido Conselho no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria, supervisão e de fiscalização.

Composição

Art. 3º - O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por (03) três membros, independentes, sem suplentes.

§1º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.

Requisitos e Vedações

Art. 4º - São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:

I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

a) diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da CMB;

b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na CMB;

II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;

III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da CMB, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;

IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.

V - não se enquadrar nas vedações de que tratam os incisos I, IV, IX, X e XI do **caput** do art. 29, a saber:

a) de representante do órgão regulador ao qual a CMB está sujeita;

b) de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

c) de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a CMB, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação;

- d) de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa com a CMB; e
- e) de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I, **caput**, do art.1º da Lei Complementar nº 64, de 18/05/1990.

VI - O Comitê de Auditoria Estatutário será composto de modo que a maioria dos membros observe também as demais vedações de que trata o art. 29, a saber:

- a) de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;
- b) de titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;
- c) de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV;
- d) de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;
- e) de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- f) de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

VII – Quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da companhia, a Assembleia-Geral somente poderá eleger quem tenha exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social.

§ 1º - São inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

§ 2º - O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia-Geral, aquele que:

- a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal;
- b) tiver interesse conflitante com a sociedade.

§ 1º - Aplica-se a vedação letra b ao servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta.

Art. 5º - Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da empresa, devendo, no mínimo, um dos membro obrigatoriamente ter experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária.

§ 1º - Na formação acadêmica, exige-se curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

Art. 6º - O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da empresa pública ou sociedade de economia mista pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mandato e Destituição

Art. 7º - O início do mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário se dará a partir da sua eleição pelo Conselho de Administração.

Art. 8º - O mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será de 02 (dois) anos, não coincidentes para cada membro, permitida uma única reeleição.

§1º - O integrante do Comitê de Auditoria somente poderá voltar a integrar tal órgão na mesma instituição após decorridos, no mínimo, três anos do final de seu mandato anterior.

§2º – Qualquer membro do Comitê de Auditoria poderá ser destituído pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

Art. 9º - É indelegável a função de integrante do comitê de Auditoria.

Art. 10 - Os membros poderão solicitar desligamento, mediante renúncia voluntária.

Vacância e Substituição Eventual

Art. 11 - No caso de vacância do cargo de membro do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

Art. 12 - Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando o membro do Comitê de Auditoria Estatutário deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa.

Art. 13 - O cargo de membro do Comitê de Auditoria Estatutário é pessoal e não admite substituto temporário. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes.

Remuneração

Art. 14 - A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será fixada pela Assembleia Geral, em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

Competências

Art. 15 - Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

- I. estabelecer as regras de funcionamento e plano de trabalho para desenvolver suas atividades e submetê-las, bem como as respectivas alterações, à aprovação do Conselho de Administração;
- II. opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;
- III. supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa;
- IV. supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de contabilidade societária, controle interno e de auditoria interna para a elaboração das demonstrações contábeis da CMB;
- V. monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações contábeis e das informações e medições divulgadas pela empresa;
- VI. apreciar as informações contábeis antes da sua divulgação;
- VII. avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno para elaboração das informações e demonstrações contábeis;
- VIII. acompanhar as exposições de risco da empresa relatadas pela área competente, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:
 - a) remuneração da administração;
 - b) utilização de ativos da empresa;
 - c) gastos incorridos em nome da empresa;
- IX. avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas;
- X. avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelas entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas pela empresa;
- XI. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos;
- XII. avaliar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), o orçamento e as propostas de fixação das atribuições e de regulamentação do funcionamento da Auditoria Interna;
- XIII. recomendar a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- XIV. avaliar o cumprimento, pela Diretoria Executiva, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- XV. avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controle interno;
- XVI. acompanhar o estabelecimento e a divulgação de procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à empresa, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação, como anonimato e garantia da confidencialidade;

- XVII.** comunicar ao Conselho de Administração, no prazo máximo de três dias úteis da data em que tomar conhecimento, a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas por:
- a)** inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da instituição;
 - b)** fraudes de qualquer valor perpetradas por dirigentes estatutários da empresa;
 - c)** fraudes relevantes perpetradas por funcionários da empresa ou terceiros;
 - d)** erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da empresa.
- XVIII.** avaliar a efetividade da Ouvidoria e seus os relatórios de relativos às atividades da Ouvidoria;
- XIX.** avaliar os relatórios de opinião profissional e independente emitidos por assessorias financeiras externas (*fairness opinion*) contratadas por demanda do Conselho de Administração, de modo a assegurar que estejam aderentes às melhores práticas;
- XX.** acompanhar o cumprimento de metas e indicadores do planejamento estratégico proposto, bem como monitorar o seu desempenho;
- XXI.** elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações contábeis.
- XXII.** monitorar a implementação das medidas determinadas pelos órgãos reguladores e de controle.
- XXIII.** Reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria da instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros.
- XXIV.** Elaborar e submeter ao Conselho de Administração e Fiscal relatório semestral sobre: as atividades desempenhadas, a descrição das recomendações apresentadas à diretoria e os resultados alcançados, a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, dos trabalhos das auditorias interna e externa, e da confidencialidade da informação.
- XXV.** Reunir-se com o Conselho Fiscal e de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.
- XXVI.** Avaliar e informar o Conselho de Administração sobre eventuais divergências entre a auditoria independente e a diretoria executiva relativas às demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário terão total independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas.

Art. 16 - Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT.

Art. 17 - O Comitê de Auditoria Estatutário considera a Ouvidoria o meio formal para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

Atribuições do Presidente

Art. 18 – Ao Presidente do Comitê de Auditoria Estatutária compete:

- I. convocar e presidir as reuniões;
- II. cumprir e fazer cumprir as normas deste Regimento;
- III. aprovar as pautas e agendas das reuniões;
- IV. encaminhar ao Conselho de Administração e, se for o caso, a outro órgão ou membro da Administração, as análises, pareceres e relatórios elaborados no âmbito do Comitê;
- V. convidar, em nome do Comitê de Auditoria Estatutário, os representantes do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e outros eventuais participantes das reuniões;
- VI. propor normas complementares necessárias à atuação do Comitê de Auditoria Estatutário;
- VII. propor e discutir com o Conselho de Administração o plano de trabalho anual;
- VIII. praticar outros atos de natureza técnica ou administrativa necessários ao exercício de suas funções.

Processo e Produção de Relatórios

Art. 19 - O Comitê de Auditoria Estatutário deverá acompanhar o processo de confecção do Relatório de Administração, das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, discutindo, com antecedência adequada, a ser definida conjuntamente com cada parte envolvida, os documentos e relatórios que subsidiem as informações apresentadas, devendo este Comitê:

- I. Assegurar-se de que todos os documentos e relatórios necessários ao atendimento da legislação vigente sejam providenciados e estejam adequadamente disponibilizados;
- II. Acompanhar a adequação das responsabilidades relacionadas à preparação, consolidação e fechamento dos relatórios;
- III. Avaliar o processo de preparação de informações e demonstrações contábeis periódicas da empresa, contemplando os controles internos adotados no processo;
- IV. Avaliar escolhas ou mudanças de práticas contábeis e obter entendimento quanto a tratamentos contábeis alternativos ou não usuais adotados pela empresa, o motivo pelo qual foram adotados e a opinião dos auditores independentes sobre essas alternativas;
- V. Verificar a adequação das provisões contábeis em relação à opinião da área jurídica, interna e externa;
- VI. Discutir com a Diretoria e os auditores independentes o resultado do exame das demonstrações contábeis e outras questões significativas que possam afetar a confiabilidade dessas demonstrações;

VII. Acompanhar o processo de emissão e publicação dos distintos relatórios gerados, quanto a requisitos legais de integridade, comparabilidade, tempestividade e consistência, entre os documentos produzidos para públicos distintos;

VIII. Validar a abrangência, o conteúdo e a clareza das notas explicativas, de modo que atendam não só aos requerimentos legais e regulamentares, mas, especialmente, as necessidades dos distintos leitores das demonstrações contábeis, sobre seus aspectos relevantes;

IX. Monitorar a transparência dos dados divulgados ao mercado ao público externo destas, bem como a integridade e a qualidade das informações.

Art. 20 - O Comitê de Auditoria Estatutário deve receber e discutir relatórios regulares das auditorias interna e independente sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas sobre controles e eventuais inconformidades, acompanhando os apontamentos e recomendações.

Assessoramento

Art. 21 - Os apoios administrativo e logístico serão prestados pela Secretaria Executiva dos Conselhos - SECEX, e terá as seguintes competências:

- I.** apoiar o Comitê administrativamente no desempenho de suas atribuições;
- II.** preparar e distribuir a pauta das reuniões, consoante às definições do Comitê;
- III.** secretariar as reuniões;
- IV.** elaborar as atas das reuniões;
- V.** organizar e manter sob sua guarda a documentação relativa às atividades desenvolvidas pelo Comitê;
- VI.** cuidar de outras atividades necessárias ao bom funcionamento do Comitê.

Art. 22 - O assessoramento técnico será prestado pela Auditoria Interna da CMB.

Jornada de Trabalho e Reuniões

Art. 23 - O Comitê de Auditoria reunir-se-á, ordinariamente, 02 (duas) vezes ao mês e, extraordinariamente, quando necessário.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias do Comitê de Auditoria Estatutário serão realizadas, de acordo com o calendário anual aprovado.

Art. 24 - O membros do Comitê de Auditoria Estatutário deverão cumprir uma jornada de trabalho de no mínimo 20 (vinte) horas e máximo de 30 (trinta) horas e se reunirão:

- I.** ordinariamente e presencialmente, no mínimo 2 vezes por mês, em data, local e horário estabelecidos por seu presidente;
- II.** trimestralmente, com a Diretoria Executiva, com a Auditoria Interna, com a Auditoria Independente e com o Conselho Fiscal;
- III.** extraordinariamente, por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação da Administração da empresa ou entidades controladas.

IV. com o Conselho de Administração, por solicitação desse Colegiado, a qualquer momento.

Art. 25 - As reuniões do Comitê se instalarão com a presença da maioria de seus membros.

Art. 26 - As reuniões serão realizadas nas dependências da Casa da Moeda do Brasil, devendo constar em Ata a participação dos membros do Colegiado.

Parágrafo único - A eventual inexistência de quórum será lavrada em Ata, suspendendo-se imediatamente a reunião.

Art. 27 - A convocação para as reuniões ordinárias será efetuada, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis de sua realização, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela empresa e acatadas pelo colegiado.

Parágrafo único - Com o ato de convocação, serão remetidos aos membros do Comitê de Auditoria Estatutária a pauta da reunião, consignando a ordem do dia e os documentos necessários ao exame dos assuntos constantes da pauta.

Art. 28 - As deliberações do Comitê de Auditoria Estatutário serão tomadas pelo voto da maioria dos integrantes presentes e serão registradas em livro de atas e deverão ser encaminhadas aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Parágrafo único. Em caso de decisão não unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro.

Art. 29 - Cada reunião do Comitê deverá estar registrada em ata que será:

I. encaminhada ao Conselho de Administração, após ter sido lida, aprovada e assinada pelos presentes à reunião;

II. arquivada na sede social da Companhia.

Art. 30 - A empresa deverá promover a divulgação das Atas das Reuniões do COAUD, após anuência do Conselho de Administração.

§1º - Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da empresa, apenas o seu extrato será divulgado.

§2º - A restrição de que trata o § 1º deste item não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo. (Referência: modelo SEST)

Orçamento

Art. 31 - O COAUD deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, bem como para arcar com suas despesas ordinárias.

Art. 32 - O orçamento do COAUD será proposto pelo COAUD diretamente ao Conselho de Administração, com parecer prévio da Diretoria competente.

Art. 33 - A empresa deve prover todos os recursos necessários ao funcionamento do Comitê, incluindo a disponibilização de pessoal interno, para assessorar a condução dos trabalhos e secretariar as reuniões, e a contratação de consultores externos para apoiá-lo no cumprimento de suas atribuições, quando necessário.

Disposições Finais

Art. 34 - Os casos omissos relativos a este Regimento serão submetidos ao Conselho de Administração, com estrita observância à legislação pertinente.